

CFT nomeia outro relator para o PL 4363/12, categoria pressiona aprovação sem cortes

Parlamentares emendam relatório preliminar da CMO. Servidores lutam para que PL seja enviado ao Plenário

O PL 4363/12, que reajusta a GAJ a 100% do salário-base, tem novo relator na Comissão de Finanças e Tributação. Tomada na quinta (29), essa foi a decisão do presidente da comissão, Antônio Andrade (PMDB-MG). A relatoria do PL que trata do reajuste dos servidores do Judiciário está nas mãos do deputado Afonso Florence (PT-BA).

A troca de relatores acontece, segundo a assessoria da Fenajufe, porque o deputado José Guimarães (PT-CE) poderá assumir a liderança do PT. Caso isso aconteça, ele deixará a CFT.

Nenhum avanço

A nomeação é importante, mas não é um avanço prático. O governo Dilma Rousseff (PT) não admite que o Judiciário use R\$ 715 milhões de seu próprio orçamento para a aplicação do PL e já se movimenta para alterar a matéria na CFT.

Essa foi a postura do presidente da comissão, Antonio Andrade (PMDB-MG), no PL que reajusta os subsídios dos ministros do STF. Em seu relatório, o deputado ignorou as liminares do STF, que determinavam a análise integral do orçamento do Judiciário, e restringiu os valores do projeto aos 5% anuais, totalizando 15,8% até 2015. A aprovação aconteceu na quarta-feira (28).

Questionado pelo diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, acerca do PL 4363/12, o deputado sinalizou que trabalharia para aprovar o projeto com texto que o adequasse às limitações orçamentárias impostas pelo governo.

A contrariedade do Executivo ao orçamento integral do Judiciário também ganhou forma no relatório preliminar do orçamento, aprovado pela CMO, na semana passada. Nem mesmo as emendas apresentadas terão valor sem um sinal verde de Dilma. Quatro parlamentares emendaram o texto original: os deputados Aelton Freitas (PR-MG), Anthony Garotinho (PR-RJ), Lincoln Portela (PR-MG) e Policarpo (PT-DF), além do senador Gim Argello (PTB-DF).



Gustavo Miranda - Agência O Globo

22/11/12 - Posse de Joaquim Barbosa como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

Nossa Opinião:

As expectativas em torno de Joaquim Barbosa

A foto acima não poderia ser mais simbólica. A presidente Dilma Rousseff (PT) "puxando" a toga do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, em sua posse. A cerimônia aconteceu quando as condenações do 'mensalão' já haviam sido definidas pelo Supremo, atingindo figuras históricas do PT.

A condenação de políticos graúdos pode até significar o amadurecimento das instituições democráticas no Brasil. Para isso, entretanto, é necessário que o STF tenha o mesmo empenho para julgar o 'mensalão' do PSDB, no caso conhecido como Valerioduto Mineiro, e outros casos de corrupção.

A cerimônia de posse aconteceu também em meio à disputa orçamentária. E, assim como em 2011, Dilma ignorou a autonomia financeira do Judiciário e vetou o uso de R\$ 715 milhões oriundos do próprio Poder, o que garantiria a aprovação plena do PL 4363/12.

Para nós, trabalhadores do Judiciário, a foto simboliza esse desrespeito protagonizado pelo

Executivo. Além disso, caberá ao novo presidente pressionar o Planalto para que sejam mantidos os recursos necessários para o reajuste integral dos nossos salários.

Também estará nas mãos de Barbosa pautar a ação que pode definir regras para obtenção de Aposentadoria Especial. Há ainda o mandado de injunção e o recurso extraordinário para que seja reconhecida a revisão geral anual de salários. No recurso extraordinário, pede-se que o STF edite norma que supra a omissão do governo e garanta o reajuste anual dos salários.

Além dessas ações, entidades representativas de servidores públicos, partidos políticos e centrais sindicais vão ao STF questionar a validade da Reforma da Previdência, promovida pelo governo Lula em 2003, à época do 'mensalão'.

Suas posições definirão, em tese, o caráter de sua gestão. Mas o papel da categoria deve ir muito além das expectativas em relação ao novo chefe do Poder Judiciário.

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DO SINTRAJUD
dia 07/12, às 20h
INGRESSOS LIMITADOS GARANTA O SEU!
Local: Espaço São Paulo
Av. Salim Farah Maluf, 1.400 - Tatuapé
(11) 3222-5833

Acordo Coletivo Especial

Debate revela que ACE flexibiliza direitos trabalhistas
(Pág. 02)

Organização

Reunião Agentes de Segurança, dia 06, 19h30, no Sintrajud. Segmento discutirá TAF e campanha salarial
(Pág. 03)

Consciência Negra

Seminário sobre o racismo debate violência policial, cotas e o negro na literatura brasileira
(Pág. 04)

Debate revela que **Acordo Coletivo Especial** flexibiliza direitos trabalhistas

Sindicalista explica que ACE divide os trabalhadores para poder derrotá-los. “É preciso unir a classe trabalhadora para enfrentar esse ataque”, defende dirigente.

Difícilmente um trabalhador trocaria os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por uma maior representação sindical no seu local de trabalho. Mas essa é a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), filiado à CUT, com o Acordo Especial por Empresa (ACE).

Segundo o presidente do SMA-BC, Sérgio Nobre, os direitos trabalhistas no Brasil já são flexibilizados, “pois ninguém cumpre”. O descumprimento da legislação acontece porque os trabalhadores não têm uma representação legalizada em cada local de trabalho. Isso gera “todo ano, três milhões de novos processos trabalhistas”. Para Nobre, tal situação seria resolvida pelo anteprojeto apresentado, pois a partir dele, seria legalizado o Comitê Sindical por Empresa (CSE) que fiscalizaria as empresas.

O sindicalista explicou que o CSE precisará ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho e a sua regulamentação deverá constar no estatuto do sindicato. De acordo com Nobre, “aquilo que é específico do local de trabalho é tratado pelo CSE”, que deverá “adaptar a legislação à realidade da empresa”.

Pelo anteprojeto apresentado, o CSE poderá firmar acordos específicos, que teriam força de lei, mesmo eles sendo inferiores ao que é garantido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nobre disse que acordos entre empresas e trabalhadores, “construídos legitimamente, estão sendo questionados pela justiça”, que tem uma visão,

segundo ele, “de que todo acordo é ruim”. Essa visão do Judiciário, em sua opinião, gera um enorme passivo jurídico para as empresas, que podem sofrer prejuízos milionários em ações trabalhistas.

Ele ainda defendeu o caráter voluntário, portanto democrático, do ACE; podendo ser utilizado por empresas e sindicatos desde que ambos queiram. Esse aspecto, pela argumentação apresentada, aumentaria a representatividade sindical nos locais de trabalho e daria segurança jurídica aos acordos firmados.

O ACE é um ataque aos trabalhadores

Já o presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino Prazeres, rebateu com uma pergunta: “Qual é a especificidade de uma empresa num momento de crise econômica?”. Atualmente, segundo explicou, empresas e sindicatos podem fechar qualquer tipo de acordo, desde que sejam melhores que o previsto pela CLT.

Altino argumentou que o fato de a Confederação Nacional da Indústria, a FIESP, o jornal O Globo, e a Volkswagen defenderem o ACE já mostra que há algo de errado. Um dos primeiros problemas do anteprojeto é a falta de estabilidade aos trabalhadores que vierem a compor o CSE, caso se torne lei.

Segundo Altino, o anteprojeto garante apenas o artigo 7º da Constituição Federal, permitindo a flexibilização de toda a CLT. E é nesta legislação que estão garantidos vários direitos trabalhistas: percentual de hora extra, adicional



Divulgação

de insalubridade, um terço de férias, jornada semanal de 44 horas, entre outros. O problema fica mais sério em relação às mulheres, pois quase todas as garantias à mulher trabalhadora estão na CLT.

Outro aspecto levantado por Altino foi que um direito flexibilizado em uma empresa vai servir de referência para se espalhar para outras empresas. “Se os sindicatos picaretas assinarem acordos rebaixados, isso vai pressionar para baixo os direitos dos trabalhadores. Mesmo os sindicatos mais fortes serão pressionados a flexibilizar”, disse.

O sindicalista argumenta que é em nome da competitividade que os empresários querem reduzir o número de empregos, o valor dos salários. Estão precarizando ainda mais as condições de trabalho e intensificando o seu ritmo.

Altino disse que a CUT, ao propor o ACE, mudou de lado e está defendendo “a parceria com os patrões e a conciliação de classes”, afirmou.

Segurança jurídica

Diretora da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo Gomes, presente no debate, foi enfática ao dizer que o ACE pretende garantir aos empresários a segurança jurídica necessária para retirar os direitos trabalhistas. Ana Luiza lembrou que o Documento 319 do Banco Mundial e do FMI, que estabelece uma série de orientações para o Judiciário da América Latina, prevê a segurança jurídica como um dos pilares fundamentais deste Poder.

A dirigente argumentou que essa medida dividirá a classe trabalhadora “fábrica por fábrica, empresa por empresa”. “Estamos num momento de unir a classe numa organização só e enfrentar a burguesia, no Brasil e no mundo”.

Além de representar um retrocesso nos direitos de todos os trabalhadores, “a organização por local de trabalho contida no anteprojeto é uma farsa”, disse. “Os nossos direitos não foram garantidos em mobilizações de empresa por empresa, foram em grandes lutas e revoluções”, afirmou Ana.

Tramitação (continuação texto capa)

Há, ainda, outro problema. Não existe tempo hábil para a sanção do PL 4363/12 neste ano, caso ele siga a tramitação normal, passando pelas comissões da Câmara e do Senado. Por isso, a atuação do Sintrajud, outros sindicatos e da Fenajufe é para que o PL vá direto ao plenário.

Isso depende, porém, de um acordo entre as lideranças partidárias. Mas, segundo o servidor da JT/ Barra Funda José Luiz de Santana Filho, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT/RS) não tem concordância. “Quem me disse isso, literalmente, foi o deputado Policarpo (PT/DF)”, contou.

“O governo está fechando o cerco, para não correr qualquer

risco de alteração para além daquilo que autorizou ao conjunto dos servidores públicos federais”, observa Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud.

Para ele, está nas mãos dos trabalhadores qualquer reação. “Como o Poder Judiciário cumpre papel apenas protocolar, como mero espectador da quebra de sua autonomia, só podemos contar conosco mesmo para buscar reverter este quadro de asfixia que o governo insiste em nos impor”, alertou, defendendo a mobilização da categoria nesta reta final de definições orçamentárias para impedir o rebaixamento do projeto salarial e aprovação da GAJ 100%.

Nota de falecimento



Os funcionários e a Diretoria Executiva do Sintrajud lamentam a perda do trabalhador da entidade, Edilson Ferreira Lima, “Edi”. Nosso colega estava há mais de 14 anos na equipe. Sempre presente nas lutas e nas comemorações da categoria, sua ausência deixará saudades em todos nós.

Sobras orçamentárias no TRT-2 chegam a **R\$ 55,8 milhões**, aponta estudo do Depto. Econômico

Remanejados, esses recursos permitiriam reajuste no auxílio alimentação e na assistência média na ordem de 85%

Estudos do departamento econômico do Sintrajud apontam que, até 05 de novembro, apenas 60,63% do orçamento autorizado do TRT-2 foi efetivamente liquidado. De uma dotação orçamentária autorizada para o ano de R\$ 229 milhões, foram gastos no período iniciado em janeiro apenas R\$ 139 milhões. Para Washington Moura Lima, economista autor do estudo, o “percentual ideal” para esses mais de 10 meses é de 84,93%.

O estudo analisou as despesas de três grupos e verificou que a situação mais crítica está na rubrica Investimentos. Nela, entre janeiro e 05 de novembro, foram liquidados apenas R\$ 2,3 milhões de uma dotação autorizada para o ano de R\$ 20,7 milhões.

No total, a administração deixou de investir no período 24,30%. Ao aplicar esse percentual ao “montante de gastos autorizados para o ano, R\$ 229,7 milhões, temos um saldo muito expressivo de R\$ 55,8 milhões”, demonstra Washington.

Benefícios sociais

Se a administração do TRT-2 aplicasse a sobra orçamentária de R\$ 55,8 milhões aos valores da Assistência Médica, cuja dotação anual é de R\$ 18,1 milhões, o saldo desta aumentaria em 308%. Já comparando ao Auxílio Alimentação, com dotação anual de R\$ 47,1 milhões, o saldo anual aumentaria em 118%. “Na média, entre os dois benefícios é possível um aumento simultâneo de 85,51%”, explica.

Falta de vontade administrativa leva a perda de recursos

No estudo, disponível no site do Sintrajud, Washington explica que também existem sobras orçamentárias na Justiça Trabalhista em âmbito nacional, destacando que

um remanejamento permitiria aumentar os valores dos benefícios.

Mas o economista faz um alerta. Caso a administração não remaneje esses recursos para os benefícios sociais, “ou não sejam tomadas rápidas providências no sentido de acelerar os gastos”, poderá “ocorrer ‘perdas’ pela não execução dos valores autorizados, como vem ocorrendo nos últimos anos”, ressalta.

Historicamente, entretanto, as diferentes administrações mostram falta de vontade para mudar os rumos do orçamento. A consequência é a devolução de valores não executados ao governo federal. O mesmo governo que está impedindo o Poder Judiciário de remanejar de seu próprio orçamento os cerca de R\$ 715 milhões necessários para aplicação integral do PL 4363/12.

Teste de Aptidão Física (TAF) preocupa Agentes de Segurança no TRT-2

Sintrajud questiona regulamentação que vincula percepção de gratificação à “aprovação” em teste de condicionamento físico

Sob a justificativa de cumprir o disposto na Resolução nº 108/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o TRT-2 está realizando testes de condicionamento físico com os agentes de segurança. A preocupação dos trabalhadores é grande, pois consta da determinação que o teste “é imprescindível para a manutenção da GAS.”

De acordo com a norma do CSJT, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), é requisito para a continuidade da percepção da GAS a participação, com aproveitamento, em programa de reciclagem anual oferecido pelos Tribunais, dentro do qual foi incluído o teste de condicionamento físico. E em caso de reprovação, consta expressamente a perda da parcela no mês subsequente.

O Sintrajud tem conversado com os servidores nos locais de trabalho, e é visível, notadamente entre aqueles com mais tempo de serviço, ou com limitações de saúde. Mesmo para os dispensados da realização do teste, por restrições médicas, a GAS é mantida somente até a realização do programa de reciclagem anual seguinte, caso o servidor por qualquer razão não esteja novamente apto.

Para o sindicato, a regulamentação do CSJT é ilegal e ilegítima, pois extrapola os limites da lei. O Sintrajud informa que estará ao lado dos trabalhadores e não admitirá perdas, atuando em todas as esferas, inclusive administrativa e judicialmente. O trabalhador que se sentir

prejudicado ou ameaçado deverá procurar o sindicato para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Histórico

A GAS é uma conquista do segmento, incorporada à Lei nº 11.416/06, atual Plano de Cargos e Salários da categoria, em razão das peculiaridades das atribuições dos agentes.

Apesar da defesa do sindicato, à época, de que não houvesse avaliações eliminatórias e de que a gratificação fosse considerada inerente ao cargo, acabou por constar na lei como “obrigatória a participação em programa de reciclagem anual, conforme disciplinado em regulamento, para o recebimento da gratificação”. Ainda, além do condicionamento da gratificação, de forma genérica, à “participação” no programa, estabeleceu-se ampla margem de regulamentação para as administrações, que foram além da lei, e regulamentaram restritivamente uma série de benefícios conquistados na luta da categoria pelo chamado PCS-3.

Naquele momento, alguns grupos e associações defenderam a realização dos cursos de reciclagem, como uma suposta forma de “profissionalização” e de “valorização” do segmento. No entanto, como estamos vendo, tal regulamentação revelou-se como uma verdadeira armadilha. Além do congelamento salarial, os trabalhadores correm o risco de perder parcela significativa de suas remunerações, por conta de uma exigência ilegítima e antes inexistente.

Problemas

Em análise preliminar, é possível detectar uma série de problemas na regulamentação da GAS, empreendida pelo CSJT, que ultrapassou os limites de sua competência e legislou em prejuízo dos trabalhadores. A lei (PCS) prevê tão-somente a “participação” em programa de reciclagem anual, oferecido pela administração, não fazendo menção alguma a avaliações que pudessem implicar em perda da gratificação. O próprio teste de condicionamento físico não consta da lei, tendo sido inserido pela via da regulamentação.

Como já mencionado acima, pelo regulamento, o servidor que, por duas turmas consecutivas do programa, não estiver apto, por restrições médicas, a fazer o teste, perderá a gratificação. Além disso, a definição dos índices e parâmetros é arbitrária, não levando em consideração o histórico profissional e médico de cada trabalhador, sem falar nas restrições de idade e de condicionamento físico.

A regulamentação prevê também que os tribunais poderão criar programa de condicionamento físico, para a manutenção da capacidade física dos servidores. No entanto, esse programa até hoje não existe, e não há notícia de que esteja sendo implementado. Ou seja, exige-se do trabalhador a aprovação nos testes, porém não lhe são asseguradas as condições adequadas e necessárias.

Por fim, trata-se de modificação prejudicial no decorrer dos contratos de trabalho, principalmente considerando que grande parte dos servidores foi empossada em seus cargos sem que existisse esse tipo de exigên-

cia. Além disso, as atribuições relacionadas à segurança são múltiplas e variadas, sendo totalmente arbitrário exigir repentinamente de todos uma “aptidão física”, com a injustificável ameaça de retirada da GAS sob esse pretexto. Trata-se, na realidade, de mais um mecanismo de restrição e retirada de direitos.

O Sintrajud informa que acompanhará a situação e continuará dialogando com os servidores em seus locais de trabalho, buscando organizar a defesa dos direitos onde houver qualquer ameaça, adotando todas as medidas cabíveis.

Reunião Agentes de Segurança, dia 06, 19h30

Os Agentes de Segurança têm um compromisso nesta quinta-feira (06). Às 19h30, no auditório do Sintrajud, vai acontecer uma reunião do Núcleo de Agentes de Segurança. Veja abaixo o edital de convocação.

O Núcleo dos Agentes de Segurança do Sintrajud tem o prazer de convocá-los para participar da Reunião do mesmo, dia 06/12/2012 (5ª feira), às 19h30, no auditório do SINTRAJUD/SP (R: Antonio de Godoy, 88 – 15ª andar /Centro).

Essa reunião terá como pauta os seguintes temas: 1. Teste de Condicionamento Físico; 2. Campanha Salarial; 3. Outros assuntos de interesse dos Agentes de Segurança.

Cléber Borges Aguiar - Antonio Carlos Correia - José Carlos Sanches - Diretores Executivos - SINTRAJUD/SP

Seminário sobre o racismo debate **violência policial, cotas e o negro** na literatura brasileira

Realizado pelo Sintrajud e Sindsef-SP, evento debateu como a população negra sofre com o racismo e como ele se reproduz na sociedade

O extermínio da população pobre, em sua ampla maioria negra; a adoção de cotas para negros nas universidades públicas e a presença do negro na literatura brasileira são temas que, além de atuais, merecem muita reflexão. E foi pensando nesses temas que Sintrajud e Sindsef-SP organizaram o Seminário sobre a Consciência Negra deste ano.

Realizado no auditório do Sintrajud no sábado (24), o evento contou com a presença de servidores das diversas categorias.

“É uma articulação muito sofisticada”, definiu Joselício Junior, militante do Psol e do Círculo Palmarino, primeiro palestrante do dia, ao defender a adoção de cotas nas universidades públicas como um mecanismo de reparação à população negra. Juninho, como é conhecido, enxerga nessas políticas afirmativas “um instrumento da organização da classe trabalhadora e da população negra”.

Outro ponto positivo dessa política é o caráter educativo que o debate em torno do tema produz. “Onde se estabelece o debate de cotas, se discute o racismo”, afirma. O palestrante foi além e tocou em um dos pontos mais sensíveis do debate: o papel do vestibular. “Vejo o vestibular como um funil social. Onde são aprovados aqueles mais bem preparados para realizar uma prova. Mas o conhecimento não se mede apenas por uma prova”, criticou.

A partir das estatísticas das universidades públicas que já adotam o sistema de cotas, Juninho afirmou que o desempenho dos “alunos cotistas é igual ou melhor do que o dos não cotistas”. Ele ressaltou que os negros querem produzir conhecimento “para a sociedade” e que é fundamental que se garanta cotas raciais no serviço público, mas reconheceu o limite da política de cotas. “Não são elas que vão garantir mudanças, mas podem ajudar a construir um mundo melhor”.



24/11/12 - Seminário em homenagem ao Dia da Consciência Negra

Violência contra a população negra

Nas últimas semanas, a cada noite são mortos entre 15 e 20 jovens na periferia, em sua ampla maioria, negros. Desde o começo do ano, são mais de mil mortos. Ainda pode ser prematuro afirmar que grupos de extermínio voltaram a atuar em São Paulo, mas pelas declarações do ex-delegado-geral da Polícia Civil há fortes indícios de que eles estariam atuando.

“A violência contra o negro sempre foi uma constante, mas a PM está tentando ampliar essa limpeza étnica”, afirmou Eduardo Rosa, o terceiro palestrante do dia, militante do Espaço Socialista e integrante do coletivo Rosa Negra. Por trás dessa limpeza, que tem matado muita gente, estão as obras da Copa do

Mundo e a especulação imobiliária.

Segundo Eduardo Rosa, a violência exercida pela PM “é a parte que aparece. Mas a corporação executa os ideais da parte que não aparece, o Estado Capitalista”.

Ele destacou ainda que a sociedade autoriza a violência contra os negros, muito além das agressões físicas e assassinatos cometidos pela PM. “A população negra é negado o acesso ao trabalho, os heróis negros que enfrentaram a Ditadura Militar foram esquecidos. Por que não é interessante lembrar dos negros que foram para a guerrilha?”.

E para combater essa violência, disse Eduardo, é preciso ir além da solidariedade, inclusive quanto à esquerda e ao movimento sindical.

O negro na literatura brasileira

O segundo palestrante foi Wilson H. Silva, militante do PSTU e do Quilombo Raça e Classe da CSP-Conlutas. Graduado e mestre pela Universidade de São Paulo, ele nunca teve um professor negro. Segundo disse, naquela universidade apenas 0,9% dos docentes são negros.

A ausência de negros na universidade é histórica, e explica, ao menos em parte, por que a literatura negra não é conhecida. Por outro lado, ao longo do tempo, diferentes imagens do negro foram construídas na cultura, que é, segundo Wilson, um “reflexo distorcido da sociedade”.

A partir desta afirmação, o palestrante discorreu sobre as formas como o racismo se manifesta tam-

bém na arte em geral, e na literatura em particular. Ele afirmou que não existe preconceito nato, e que embora já existisse racismo antes do capitalismo, foi este sistema que construiu o racismo da forma como o vivenciamos, “para justificar a escravidão”. “Qual era a justificativa para matar, sequestrar, torturar, estuprar? Que os negros não eram gente. Para escravizar, era preciso coisificar. Criou-se, então, um estereótipo”, explicou.

Esteretótipos que estão presentes nos três personagens negros de Monteiro Lobato: o Saci é o garoto de rua, sacana, que não tem ninguém para defendê-lo ou a quem prestar satisfação; a Tia Anastácia é a ama de leite, que fica o dia todo na

cozinha e o Tio Barnabé é o negro para o qual não houve abolição da escravatura. “O negro não tem família” nessas representações, portanto, “é desumanizado, coisificado. A Tia Anastácia não tem outra coisa para fazer a não ser ficar na cozinha o dia todo”, explicou.

Mas engana-se quem pensa que tais representações são aleatórias e pertencem ao passado. Elas representam e reforçam uma maneira de pensar da sociedade e são constantemente reproduzidas. Um exemplo é a ‘mulata globeleza’, garota propaganda do carnaval da Rede Globo, que vai ao ar todo ano. Segundo Wilson, nessa representação “a mulher negra é apresentada como um animal sexual”.

Outro exemplo foi a recente propaganda da Caixa Econômica Federal, que escolheu um ator branco para representar o escritor Machado de Assis, que era negro: “O maior escritor da literatura brasileira não pode ser identificado como negro”, disse.

O palestrante também denunciou o governo Lula, que ao aprovar a lei obrigando o ensino da cultura africana, vetou o artigo que destinaria verbas para dar formação aos professores. Citando escritores negros que merecem ser lidos (Luis Gama, Lima Barreto, Cruz e Souza, Luiz Guedes e Solano Trindade) Wilson concluiu: “Recuperar a cultura negra é recuperar a nossa história para enfrentar o racismo”.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajud Santos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

